



Por 240 (duzentos e quarenta) meses, contados da data de homologação do valor de responsabilidade do FCVS, devendo a documentação ser mantida à disposição dos órgãos competentes e responsáveis por auditoria contábil e financeira.

10.4.7 Entrega da documentação ao FCVS pelo Agente Financeiro

O Agente Financeiro agendará a entrega da documentação de que trata o subitem 10.4.1, na forma disciplinada pela Administradora do FCVS, observando-se os prazos de entrega da documentação previstos neste Manual.

10.4.7.1 Encaminhamento da documentação ao FCVS por serviço de entrega público ou privado

Caso o Agente Financeiro opte pelo envio dos dossiês por serviço de entrega, este ocorrerá por sua exclusiva responsabilidade, inclusive quanto aos custos inerentes à contratação dos serviços de entrega e recuperação.

10.4.8 No tratamento da documentação recebida, observado o disposto no subitem 10.4.1, a CAIXA:

a) manterá em arquivo os documentos recebidos em cópia, em papel, autenticada em cartório ou microfilmados de acordo com o Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996;

b) digitalizará o original ou autenticará a cópia em papel por ela produzida a partir dos documentos originais entregues;

c) devolverá ao Agente Financeiro no mesmo ato, os documentos originais recebidos acompanhados de cópia da capa do lote de dossiês entregues e das folhas de rosto desses dossiês, com seu ateste de recebimento; e

d) encaminhará mensagem eletrônica, nas entregas de que trata o subitem 10.4.7.1, contendo cópia da capa do lote de dossiês entregues e das folhas de rosto desses dossiês, com o ateste de recebimento dos documentos, que não poderão ser contestados pelo Agente Financeiro.

10.4.8.1 Documentação original entregue à CAIXA por meio de serviço de entrega público e privado

A CAIXA comunicará ao Agente Financeiro acerca da disposição da documentação original para sua recuperação, mantendo-a sob seu poder por um prazo de até 15 (quinze) dias, a contar-se da data de comunicação, sendo atribuída ao Agente Financeiro responsabilidade por eventual prejuízo à documentação, inclusive durante o período de permanência na CAIXA de que trata este subitem.

10.4.9 Reapresentação da documentação encaminhada

Na necessidade de reapresentação da documentação habilitada, a CAIXA, mediante justificativa, a solicitará ao Agente Financeiro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Presidente do Conselho

**SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
SECRETARIA-GERAL**

CIRCULAR Nº 501, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre as instruções complementares necessárias ao cálculo do capital de risco das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e dos resseguradores locais.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, na forma prevista no art. 24 da Resolução CNSP nº 282, de 30 de janeiro de 2013, no art. 7º da Resolução CNSP nº 280, de 30 de janeiro de 2013, no art. 4º da Resolução CNSP nº 283, de 30 de janeiro de 2013, no art. 4º da Resolução CNSP nº 284, de 30 de janeiro de 2013 e no art. 6º da Resolução CNSP nº 188, de 29 de abril de 2008, no uso das competências que lhe foram delegadas nos termos do parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, do art. 74 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, do § 2º do art. 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, com a redação dada pela Lei Complementar nº 137 de 26 de agosto de 2010, e da alínea "b" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o que consta do processo SUSEP nº 15414.002018/2010-31, resolve:

Art. 1º Dispor sobre as instruções complementares necessárias ao cálculo do capital de risco das sociedades supervisionadas.

Parágrafo único. Para efeitos desta Circular, consideram-se sociedades supervisionadas as sociedades seguradoras, as entidades abertas de previdência complementar, as sociedades de capitalização e os resseguradores locais.

Art. 2º Para a sociedade supervisionada que incorporar outra sociedade supervisionada ou que for criada a partir de fusão entre sociedades supervisionadas, as parcelas do capital de risco cujos cálculos dependem de informações de períodos anteriores à combinação de negócios serão calculadas considerando-se a agregação dos históricos individuais de cada uma das sociedades/entidades que se combinaram.

Art. 3º Para a sociedade supervisionada que transferir ou receber operações de outra sociedade supervisionada através de cisão ou de transferência de carteira, as parcelas do capital de risco cujos cálculos dependem de informações de períodos anteriores à transferência/cisão serão calculadas considerando-se o histórico de operações das carteiras transferidas/cindidas.

Parágrafo único. Quando da execução do cálculo, o histórico de operações a que se refere o caput será subtraído do histórico registrado no FIP da sociedade cedente/cindida e será somado ao histórico registrado no FIP da sociedade cessionária/receptora de parcelas cindidas.

Art. 4º Para a sociedade supervisionada que se transformar de seguradora em entidade aberta de previdência complementar, ou vice-versa, as parcelas do capital de risco cujos cálculos dependem de informações de períodos anteriores à transformação serão calculadas considerando-se o histórico de operações da sociedade/entidade que lhe deu origem.

Art. 5º A sociedade supervisionada que receber carteira, incorporar outra sociedade supervisionada ou parcela cindida de sociedade supervisionada ou for criada através de fusão ou cisão deverá, até o dia 10 do mês seguinte ao da conclusão da operação, protocolar expediente na Susep comunicando o fato à Coordenação-Geral de Monitoramento de Solvência (CGSOA).

§ 1º Para fins do disposto nesta Circular, considerar-se-á como o mês de conclusão da operação:

I - No caso de transferência da carteira: o mês que contém a data acordada da transferência, conforme contrato firmado entre cedente e cessionária;

II - Nos casos de cisão, fusão ou incorporação: o mês em que a operação for deliberada em assembleia geral de acionistas.

§ 2º O expediente a que se refere o caput deverá conter o número do Processo de autorização prévia e, em se tratando de casos de transferência de carteira e cisão (seguida ou não de incorporação), seu protocolo deverá ser precedido pelo envio dos arquivos digitais definidos no Anexo desta Circular através do sistema "Envio de Arquivos" no sítio da Susep na internet.

Art. 6º Os valores informados pelas sociedades supervisionadas no FIP poderão ser ajustados, a critério da Susep, para fins de cálculo do capital de risco, sempre que houver evidências que indiquem tal necessidade.

Art. 7º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Circular Susep nº 413, de 22 de dezembro de 2010.

Os anexos desta Circular encontram-se à disposição dos interessados no site www.susep.gov.br ou na Coordenação de Documentação (Codoc), localizada na Avenida Presidente Vargas, 730 - 13º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

ROBERTO WESTENBERGER

CIRCULAR Nº 502, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a Circular SUSEP nº 365, de 27 de maio de 2008.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, na forma prevista nas alíneas "b", "c" e "h" do art. 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 330, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2014

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Tucano	Estiagem - 1.4.1.1.0	093	10/11/14	59050.001614/2014-70
MG	Franciscópolis	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	21/2014	10/11/14	59050.001618/2014-58
MG	São João da Ponte	Estiagem - 1.4.1.1.0	31	17/11/14	59050.001617/2014-11
PB	Alagoinha	Estiagem - 1.4.1.1.0	82/2014	05/11/14	59050.001615/2014-14
PR	Santa Inês	Enxurradas - 1.2.2.0.0	39	28/11/14	59050.001616/2014-69

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ministério da Justiça

**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA
ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL**

**DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 22 de dezembro de 2014**

Nº 1.636 - Referência: Ato de Concentração nº 08700.010284/2014-70. Requerentes: MDCCPAR S.A. e ERB - Energias Renováveis do Brasil S.A.. Advogados: Fabio Francisco Beraldi, Eduardo Caminati Anders, Flávia Chiquito dos Santos e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.645 - Ref.: INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nº 08012.008407/2011-19. Representante: SDE Ex Offício. Representados: Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica ("SBCT"), Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular ("SBCCV"), Cooperativa dos Cirurgiões Cardiovasculares do Estado do Paraná ("COOPCARDIO-PR"), Cooperativa de Trabalho dos Médicos Cardiologistas em Per-

c/c do § 2º, do art. 3º, do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, no artigo 1º, e considerando o que consta do Processo Susep nº 15414.000936/2005-69, resolve:

Art. 1º Alterar a redação do artigo 7º, parágrafo 7º, inciso I, do Anexo I, da Circular SUSEP nº 365/2008, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º ...
(...)

§7º - (...):

I - participe de qualquer custo relativo à realização dos sorteios;

(...)"

Art. 2º Para as operações em curso, as Sociedades de Capitalização terão o prazo de 90 (noventa) dias para se adaptar às disposições desta Circular.

Art.3º Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

CIRCULAR Nº 503, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2014

Altera a Circular Susep nº 427, de 15 de dezembro de 2011; a Circular Susep nº 457, de 14 de dezembro de 2012; e a Circular Susep nº 452, de 4 de dezembro de 2012.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, na forma do art. 36, alínea "b", do Decreto-Lei Nº 73, de 21 de novembro de 1966, e considerando o que consta do Processo SUSEP nº 15414.002520/2014-76, resolve:

Art. 1º Alterar o inciso I do art. 1º da Circular Susep nº 427, de 15 de dezembro de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - não apresentação ou apresentação incompleta do formulário de informações periódicas (FIP/Susep) ou de outros documentos exigidos na forma da legislação aplicável;"

Art. 2º Alterar o parágrafo único do art. 11 da Circular Susep nº 457, de 14 de dezembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O estudo referente à data-base 31 de dezembro deverá ser encaminhado à Susep em conjunto com os documentos da auditoria atuarial independente, conforme estabelecido em regulamentação específica."

Art. 3º Revogar o § 5º do art. 4º da Circular Susep nº 452, de 4 de dezembro de 2012.

Art. 4º Esta Circular entra em vigor na data da sua publicação.

ROBERTO WESTENBERGER

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

nambuco ("COOPECARDIO-PE") e Cooperativa dos Cirurgiões Cardiovasculares do Estado do Rio de Janeiro ("CARDIOCOOP-RJ"). Advogados: Vinicius Negreiros Calado, Asdrubal Franco Nascimbeni, Paulo Henrique Cunha da Silva e outros.. Acolho a Nota Técnica nº 430, aprovada pelo Superintendente Adjunto Substituto, e, com fulcro no §1º do art. 55, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica nº 239 , decido pela instauração de Processo Administrativo, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c.c. art. 146 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face dos Representados Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica ("SBCT"), Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular ("SBCCV"), Cooperativa dos Cirurgiões Cardiovasculares do Estado do Paraná ("COOPCARDIO-PR"), e Cooperativa dos Cirurgiões Cardiovasculares do Estado do Rio de Janeiro ("CARDIOCOOP-RJ")., a fim de investigar as condutas passíveis de enquadramento no artigo 36, incisos I, II e IV c/c § 3º, III, IV, V, X, XI e XII, da Lei nº 12.529/11. Notifiquem-se os Representados, nos termos do art. 70 do referido diploma legal, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias, a ser contado em dobro, conforme o art. 191 do Código de Processo Civil. Neste mesmo prazo, os Representados, sob pena de indeferimento, deverão especificar e justificar as provas que pretendem sejam produzidas, as quais serão analisadas nos termos do art.